

O desenvolvimento territorial de base local e a economia solidária a partir de ações da ITCP/UNIPLAC no Planalto Catarinense

Yuri Lourenço Amaral¹

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o desenvolvimento territorial de base local e a economia solidária no Planalto Catarinense desde as práticas implementadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense. Toma-se a Cooperativa de trabalho dos catadores de materiais recicláveis do município de Otacílio Costa, estado de Santa Catarina, o campo empírico para referência da análise. A incubadora está vinculada ao Projeto de Pesquisa Educação, Economia Solidária e Emancipação Social no Grupo de Pesquisa Educação e desenvolvimento territorial: políticas e práticas do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. A abordagem é qualitativa, descritiva e participativa, ancorada na teoria do materialismo histórico e dialético. Dialoga-se com autores que refletem o desenvolvimento local com sustentabilidade tendo a economia solidária como uma estratégia de resistência ao mercado liberal e alternativa de organização socioeconômica, sob as bases dos valores da autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, valorização do trabalho associativo, distribuição equitativa da renda obtida, cuidado do meio ambiente e responsabilidade com o entorno social. A análise dos dados demonstra que a economia solidária é alavancadora de desenvolvimento territorial de base local sustentável por que, aposta no protagonismo da população empobrecida referenciada no paradigma de um desenvolvimento endógeno, integrado e participativo; articula-se com outras organizações da sociedade civil e com o Estado local. As condições de vida dos sujeitos cooperados e o trabalho da coleta, reciclagem e comercialização provocam outras políticas caracterizando a transversalidade, como por exemplo, geração de trabalho e renda (Secretaria de Assistência Social); cuidado com o meio ambiente (Secretaria do Meio Ambiente); cuidados de saúde dos cooperados e condições humanas de trabalho (Secretaria de Saúde). As práticas da cooperativa organizada pelos princípios da economia solidária têm apontado para um desenvolvimento que leva em consideração todas as dimensões da vida e o bem estar de todos/as.

Palavras-chave: desenvolvimento local; economia solidária; incubação; cooperativa de catadores.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on the local-based territorial development and the solidarity economy in Planalto Catarinense since the practices implemented by the Technological Incubator of Popular Cooperatives of the University of Planalto Catarinense. The work cooperative of recyclable material collectors in the municipality of Otacílio Costa, state of Santa Catarina, is taken as the empirical field for reference in the analysis. The incubator is linked to the Education, Solidarity Economy and Social Emancipation Research Project in the Education and Territorial Development Research Group: policies and practices of the Postgraduate Program in Education at the Universidade do Planalto Catarinense. The approach is qualitative, descriptive and participatory, anchored in the theory of historical and dialectical materialism. Dialogues with authors who reflect local development with sustainability, with the solidarity economy as a strategy of resistance to the liberal market and an alternative to socioeconomic organization, based on the values of self-management, collective ownership of the means of production, valuing associative work, equitable distribution of the income obtained, care for the environment and responsibility for the social environment. The analysis of the data demonstrates that the solidary economy is a lever for territorial development of a sustainable local basis, because it bets on the role of the impoverished population referenced in the paradigm of an endogenous, integrated and participative development; articulates with other civil society organizations and with the local state. The living conditions of the cooperative subjects and the work of collection, recycling and commercialization provoke other policies that characterize transversality, such as, generation of work and income (Social Assistance Secretariat); care for the environment (Secretariat for the Environment); health care of members and human working conditions (Secretaria de Saúde). The practices of the cooperative organized

¹ Graduando em Serviço Social na Universidade do Planalto Catarinense.

by the principles of solidary economy have pointed to a development that takes into account all dimensions of life and the well-being of all.

Keywords: local development; solidarity economy; incubation; waste pickers cooperative.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre o desenvolvimento territorial de base local e a economia solidária no Planalto Catarinense desde práticas implementadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/UNIPLAC). Toma-se a Cooperativa de trabalho de materiais recicláveis do município de Otacílio Costa, (COOPERCOC), estado de Santa Catarina, como campo empírico para referência da análise. A incubadora institucionalizou-se com a Chamada Pública 089/2013 do CNPq. Sua atuação orienta-se por três eixos de trabalho: i) incubação de empreendimentos econômicos solidários; ii) assessoria a feira municipal de economia solidária em Lages; iii) acompanhamento da política pública de economia solidária no município de Lages.

A cooperativa de trabalho dos catadores de materiais recicláveis do município de Otacílio Costa (COOPERACOC) constituiu-se em 2017 e seus estatutos se regem pelos princípios e valores da economia solidária, com oito cooperados fundadores, em sua maioria mulheres.

Neste trabalho trazemos brevemente a configuração histórica do modo de produção capitalista no território; apresentamos critérios considerados fundantes para pensar o desenvolvimento territorial de base local; e finalmente descrevemos a experiência de incubação da COOPERCOC, cuja prática remete para o desenvolvimento territorial de base local.

Trata-se de uma abordagem qualitativa, descritiva e participativa. A análise se ancora em autores que refletem sobre a temática e na teoria do materialismo histórico e dialético. Esta teoria tem sua base na materialidade dos fenômenos sociais, com suas leis fundamentais, como o movimento, a contradição, a totalidade, a dialética. Estas características são fundamentais para desvendar os fenômenos históricos, sociais e culturais. Ou seja, os fatos investigados são contextualizados e desvendados em suas múltiplas determinações, tendo como critério de verdade, a prática, segundo Triviños (2011). Outra compreensão desta análise é que a descrição dos fenômenos, deve ir além de suas aparências exigindo um esforço intelectual e filosófico para se atingir sua essência, reflete Kosik (1976). A pesquisa não se limita a compreensão dos significados. A ciência, o conhecimento emergem da relação intrínseca da teoria/prática tendo sentido se voltado para a transformação da realidade. Outra dimensão desta abordagem é seu caráter participativo, pois entendemos que a pesquisa participativa pressupõe uma “[...] *compreensão dialética da histórica, uma clara intencionalidade política transformadora e uma opção de trabalho junto com as classes oprimidas na sociedade*”, segundo refletem Moretti e Adams (2011, p. 456).

Desenvolvimento

O território do Planalto Catarinense é constituído por dezoito municípios organizados na Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), uma entidade de integração político-administrativa, econômica e social. Segundo o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (PDSC 2030, 2018), tem uma população estimada (2016) em 290 mil habitantes, ocupando uma área de 16.086,2 (kms); uma densidade demográfica de 17 habitantes por km². Renda domiciliar per capita (2010) de R\$/mês 744,00. Pessoas em situação de pobreza (2016) 49.629 (Idem, p. 140). É a região mais empobrecida do Estado de Santa Catarina.

Lages, cidade polo regional, tem sua origem no século XVIII em um contexto mais amplo e articulado de país-colônia em pleno desenvolvimento da exploração do ouro a atender os interesses da metrópole portuguesa. Portanto, identifica-se na origem deste sistema econômico o modo de produção capitalista comercial em expansão. Forja-se a sociedade de classe com sua abissal desigualdade social um “[...] *resultante histórico da contradição, imanente ao modo de produção capitalista, entre capital e trabalho [...]*” (WELLEN, 2012, p. 17).

A supremacia do capital sobre o trabalho no Planalto Catarinense expressou-se territorialmente por diferentes atividades econômicas extrativistas (MUNARIM, 1990). De 1766 a 1940, através da pecuária extensiva; de 1940 a 1970, o breve e predatório ciclo da exploração da madeira nativa, a “araucária angustifólia” substituído pela monocultura do *Pinus elliottii*. Atualmente, não obstante a diversificação de outras atividades, o desenvolvimento é confundido com crescimento econômico e presidido pela lógica da exploração e acumulação da economia de mercado. Mais, as formas de poder político, pelo prisma da superestrutura, têm se configurado pelo mandonismo local, o coronelismo, o populismo e a tecnoburocracia, como demonstra Munarim (1990). Parafrazeando Bauman (2015), é legítimo afirmar que na região do Planalto Catarinense, também a riqueza de poucos não tem beneficiado a todos, ou seja, a distribuição da riqueza nunca fluiu de cima para baixo.

O desenvolvimento do território em análise mostra-se insustentável social, ambiental, econômica e culturalmente. Foram e continuam sendo as elites políticas e econômicas ocupantes do Estado que projetam as políticas governamentais voltadas para o que denominam de “desenvolvimento”. A população não é convocada a participar e dizer suas necessidades que são seus direitos. Não é chamada para opinar, nem protagonizar a superação de suas dificuldades e a conquista de melhor qualidade de vida. Fato notório e regular é a prática dos agentes do governo em diferentes esferas reunirem-se com as associações comerciais e industriais do município ou da região para conhecer ou tratar das políticas ou projetos a serem implementados. Obviamente que os projetos, com raras exceções, emergem das demandas do agronegócio, da indústria, do comércio, resumindo-se em

“logística”. Daí o intuito deste trabalho em fazer uma guinada e refletir o desenvolvimento territorial de base local. Assumimos que

[...] qualquer desenvolvimento de bases locais deve ser tendencialmente: **Localizado e integrado**, porque parte sempre de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e econômica), mobilizando-as e aos seus grupos de pertença, na prossecução dos objetivos comuns que corporizam uma ideia identitária onde todos se reveem; **Endógeno, Ecológico e Equilibrado**, porque utiliza, respeita e potência os recursos naturais e culturais do território, sem gerar impactos ambientais negativos e sem criar tensões sociais; **Social e cultural**, porque se orienta para o bem-estar de todos/as, para a recuperação e valorização das culturas locais e para a reabilitação do patrimônio histórico e artístico; **Participado**, porque são as pessoas (todas as pessoas!), os verdadeiros agentes de todas as suas fases e componentes. (ALCOFORADO; CORDEIRO; FERREIRA, 2014, p. 9. Grifos dos autores).

Desenvolvimento local não pode ser visto pela descrição geográfica que pode sugerir o termo. Assim que, um desenvolvimento sustentável de base local deve pensar o global, mas agir desde o local e integradamente. Os problemas e obstáculos a serem superados encontram-se imbricados no local-regional, global e vice-versa. O (sub) desenvolvimento local está relacionado às multideterminações sociais, econômicas, políticas e culturais da realidade territorial mais ampla. O que justifica a estratégia de partir “[...] de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e econômica), mobilizando-as e aos seus grupos de pertença [...]”. (ALCOFORADO; CORDEIRO; FERREIRA, 2014, p. 9).

A história e experiência do movimento social da economia solidária no Brasil e da política pública em alguns municípios pelo país afora, demonstra que é uma alternativa adequada e eficaz para alavancar o desenvolvimento territorial de base local. Segundo Gomes *et al.* (2007), esta valoriza a diversidade, preocupação com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual faz parte, oferece alternativas para uma construção social de desenvolvimento econômico, para a democratização da ciência e a tecnologia e para o pleno exercício da cidadania. A economia solidária é uma alternativa englobante e incluyente. Combate à pobreza, cria oportunidade de trabalho e renda. Com base nestas constatações a economia solidária tornou-se uma estratégia de combate à exclusão social. Mais, esta também denominada de “outra economia”, contesta o modelo capitalista propondo a construção de relações econômicas mais justas, solidárias e sustentáveis, fomentando desta forma o desenvolvimento local justo e solidário.

A COOPERCO, a ITCP/UNIPLAC e o desenvolvimento de base local

A ITCP/UNIPLAC em 2015 foi procurada pelo Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA) para estabelecer parceria na execução do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS). O Plano articula dezessete municípios do território do Planalto Catarinense organizados por proximidade geográfica, em cinco sub-regiões. Cada sub-região é

constituída por três a cinco municípios. Em cada sub-região, é preconizada a construção de uma Central de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que, orientada pela Lei 12.305/2010 instituinte da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no seu Art. 8º inciso IV, “[...] incentiva a criação e desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...]”. Quando se refere aos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no seu Art. 18, parágrafo 1, inciso II, a referida Lei, recomenda aos municípios, “[...] implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda [...]”.

Segundo o Termo de Cooperação consignado entre o CISAMA e a ITCP/UNIPLAC, desde 2015, cabe a incubadora a constituição das cinco cooperativas correspondentes às cinco Centrais de Gerenciamento de resíduos sólidos. São quatro cooperativas já organizadas, todas permeadas estatutariamente pelos princípios da economia solidária. No cenário de práticas da ITCP/UNIPLAC, os processos de incubação dos empreendimentos orientam-se pelos seguintes princípios: propriedade coletiva dos meios de produção, autogestão, distribuição justa do resultado do trabalho associado, cuidado com o meio ambiente, responsabilidade com o entorno social, valorização da diversidade étnico-racial, sexual, religiosa e de gênero.

Tomemos de nosso campo empírico, o caso do empreendimento econômico solidário, a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Otacílio Costa. Ele demonstra possibilidades da economia solidária se configurar como a estratégia adequada para o desenvolvimento territorial de base local. Otacílio Costa, segundo o IBGE (2018) tem uma população estimada em 18.510 habitantes e salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,8 salários mínimos.

A COOPERCOC é uma cooperativa atua há três anos, com seus oito cooperados fundadores. O processo de constituição da cooperativa teve sua mobilização deflagrada pelo Fórum de Entidades da sede do município, (Associação da Indústria e Comércio, Sindicatos, Associação de Moradores, Rádio Comunitária, Igrejas) em reunião extraordinária com participação de catadores, representantes do Fórum, secretaria do meio ambiente, o prefeito municipal, representante do CISAMA e da ITCP/UNIPLAC. Ou seja, um grupo representativo da sociedade civil e do estado local.

A mobilização inicial dos catadores e processo formativo em vista da constituição da cooperativa realizada pela incubadora foi breve. Os catadores moveram-se pela esperança de que encontrariam na cooperativa a oportunidade de trabalho e renda. Porém esta expectativa foi sendo procrastinada, pelo duplo desafio de encontrar o espaço adequado para instalação da cooperativa e a realização do contrato anual de prestação do serviço da coleta seletiva com o município.

O primeiro obstáculo foi sendo ultrapassado. Ainda em condições precárias, localizou-se um barracão, cujo aluguel de uso iniciou com um salário mínimo mensal, pago pela prefeitura municipal. Definitivamente a cooperativa iniciou sua atividade em meados de 2017, com renda exclusivamente extraída da comercialização dos resíduos coletados e reciclados. Renda mínima que demandou a complementação de uma cesta básica da Secretaria Municipal de Assistência Social. Os cooperados chegaram no limite da tolerância, ao esperar por um ano de negociação e efetiva realização do contrato de serviço com o poder público, cujo valor segundo os cooperados, garantiria um salário mínimo mensal para cada um.

A prefeitura municipal nunca negou a realização do contrato com a COOPERCOC, mas politicamente tinha compromisso com uma empresa privada que realizava a coleta dos resíduos reciclados, o que trazia dificuldades nas negociações.

No outro lado, a situação de precariedade socioeconômica dos cooperados foi se tornando insustentável. Neste período a ação da incubadora formada por professores, estudantes e técnicos, intensificou-se e foi decisiva na manutenção do projeto. A ação mais exigida pesava sobre a assistente social na mediação com entidades apoiadoras e secretaria municipal de assistência social no atendimento às necessidades básicas dos associados. Os demais membros da equipe ocupavam-se com inúmeras tratativas de negociação com a prefeitura municipal.

O que manteve persistentemente os catadores organizados e trabalhando foi a visão maior do Programa Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A saber, a garantia de que mais tarde, quando construída, a cooperativa hospedar-se-ia nas novas instalações da Central de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Receberia reciclados de mais dois municípios, Palmeira e Bocaina do Sul que compõem a sub-região. Vislumbrava-se maior volume de trabalho, mais renda, portanto fortalecimento da cooperativa e melhoria das condições de vida de cada cooperado.

Obviamente que, quando refletimos o desenvolvimento não estamos restringindo-o ao econômico, mas a todas as dimensões sociais, políticas, econômicas, pessoais que afetam o desenvolvimento de base local. Contudo, o econômico-financeiro, torna-se estruturante, pois as pessoas precisam de energia para permanecerem vivas, em pé, com saúde e trabalhando na reprodução de sua existência.

É preciso desmistificar, a ideia de que organizados em associação ou cooperativa, mesmo amparados legalmente, os catadores obtêm garantia de inclusão social e produtiva, conseqüente bem estar. Os processos de incubação pressupõem vigilância e reivindicação constante dos direitos protagonizados pelos sujeitos do empreendimento. No caso de nossa ilustração, o estado local expôs a contradição entre o discurso político e sua concretude. Afinal, quem é o estado e qual sua atuação na sociedade hegemonicamente capitalista? Como reflete Godelier (2001, p. 9) nós acreditamos que “[...] é ao Estado que cabe a tarefa de recompôr a sociedade, de preencher o fosso, reduzir as

fraturas”. Na verdade, vivemos numa economia, conclui nosso autor, “[...] da qual o Estado decidiu se desobrigar, como decidiu se desobrigar pouco a pouco de outros aspectos da vida social”. Afinal, não nos iludamos, “[...] o Estado não é uma abstração pura, uma instituição vinda de outro planeta. O Estado governa, ele é o que aqueles que o governam fazem dele” (Idem, *ibidem*).

Qual a maior contradição nas ações da Incubadora na constituição da COOPERCOC? A atuação ambígua do Estado no cumprimento de suas responsabilidades. Não fora a persistência dos catadores organizados e realização continuada da coleta de resíduos sólidos, as parcerias locais e regional, tudo poderia desmoronar naquele ano de espera. O impasse localizava-se nos valores do contrato, a cooperativa propunha no mínimo um salário mínimo para cada cooperado, o que foi cumprido pela prefeitura depois de inúmeras tratativas. Evidenciou-se que o desenvolvimento de base local referenciado pela economia solidária não pode prescindir do papel indutor do estado. No final de 2018 foi assinado o contrato de prestação de serviços da coleta gerando maior estabilidade para a cooperativa que está na eminência de acessar ao novo espaço que abriga a central de gerenciamento dos resíduos sólidos daquela sub-região. A prefeitura também disponibilizou um caminhão por dois dias semanais para ampliar a coleta. Notável também foi a doação de um veículo à cooperativa por uma organização não governamental ambientalista existente na comunidade local.

A COOPERCOC, segue sua atividade inclusive no período da pandemia do coronavírus com a participação da ITCP/UNIPLAC por meio da utilização de tecnologia digital, tendo por desafio, o cenário eminente a ser enfrentado pela cooperativa, ou seja, atuação na Central de Gerenciamento dos resíduos sólidos. Nesta prática, ainda recente, identificamos descritores que apontam para o desenvolvimento territorial de base local, isto é, localizado, integrado, endógeno e participativo. Tem o protagonismo de sujeitos nativos; ecológico, pois se trata do serviço da coleta seletiva, na qual os associados da cooperativa realizam ações educativas junto aos moradores e nas escolas sobre o manejo dos resíduos; social e culturalmente, busca o bem estar de toda a população; inclusivo pois a base social da cooperativa é de sujeitos empobrecidos, com participação ativa de mulheres, uma delas ocupa a direção administrativa da cooperativa gerando visibilidade nas relações de gênero. Desafia o estado local na responsabilidade de ser o indutor do desenvolvimento.

Considerações finais

Podemos inferir algumas considerações da descrição e análise que fizemos acerca do desenvolvimento territorial sustentável de base local a partir das práticas da ITCP/UNIPLAC, tendo por base o empreendimento econômico solidário COOPERCOC. Este paradigma de desenvolvimento, ao combater a pobreza, gerar trabalho e renda, demonstra que as saídas ou soluções não podem ser individuais, conforme sustenta o discurso neoliberal na recente narrativa ilusória de que a salvação reside no empreendedorismo, na inovação ou criatividade do indivíduo. A

inconsistência deste modelo se mostra quando os indivíduos são jogados na vala da competitividade e da concorrência onde as micro e pequenas empresas não passam de cinco anos de existência sendo engolidos pelo mercado autofágico.

Outra premissa fundamental, na visão do desenvolvimento territorial de base local, está na valorização de soluções endógenas, a partir da visão de que, todo local, todo grupo social por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para seus próprios problemas. Quem já viu uma empresa mesmo com grandes investimentos externos, trazer as soluções para os problemas locais ou de comunidade? Podem gerar o desenvolvimento econômico, alguns empregos, mas é uma realidade diversa do desenvolvimento solidário e sustentável. É o assentamento nas raízes locais que garantem soluções estruturantes, coletivas e duradouras. A prática dos princípios da economia solidária, sobretudo, autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição equitativa do resultado do trabalho, são as bases de um desenvolvimento territorial de local, justo, equilibrado e solidário.

Referências

- ALCOFORADO, Luís.; CORDEIRO, A. M. Rochette; FERREIRA, A. G.; Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável. In: CORDEIRO, A. M. Rochette; ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, A. Gomes. (Coords.) **Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável**. Departamento de Geografia – Faculdade de Letras. CEIS 20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Universidade de Coimbra. Portugal, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BRASIL. **LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Fabiana Pereira et al. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável**. Projecto Casa Brasil: MTE, SENAES. 2007.
- IBGE (2018). Brasil. Santa Catarina. Otacílio Costa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/otacilio-costa/panorama>. Acesso em: 02 set. 2020.
- KOSIK. Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MUNARIN. Antônio. **A práxis sociais dos movimentos sociais na região de Lages**. 1990. 307 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1990.
- MORETTI, Chero Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 36, nº 2. P. 447-463. Maio/agosto, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/16999/12915>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030. PDSC 2030. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Plano_SC_2030_VersaoFINAL.pdf. Acesso em: 31 jul. 2018.

TRIVINOS. A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais**. Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2011.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.